

Ata da 114ª Reunião Ordinária do Conselho Participativo da Vila Mariana

Realizada no dia 14 de fevereiro de 2023, em formato híbrido, no Auditório da Subprefeitura da Vila Mariana e pelo aplicativo Google Meet.

Participantes:

Coordenador: Durval Tabach

Secretária geral: Suzana Vilhena

Interlocutor (Subprefeitura da Vila Mariana): Adilson Gregório.

Conselheiros titulares presentes (12): Cauê Freitas Monaco, Celi Paulino Carlota, Denise Bramucci De Moura Delfim, Durval Nicolau Tabach, Edna Momoko Kobori, Daniela Curiati Nucci, Fernanda Scalise Dennis, Laudecir Gasparotto, Marcela Carolina Cerda Munoz, Suzana Pereira De Sousa Vilhena, Tamara Fatima Heymann Capato, Tatiana De Souza Pimentel.

Conselheiros titulares 'online' (3): Silvana Perassoli, Tatiana Yonekura, Victor Plese.

Conselheiros titulares ausentes (1): Cristina Feitosa Vasto.

Conselheiros suplentes presentes (4): Antonio Carlos Napoleone Junior, Marcelo Torres De Oliveira, Marcos Augusto Ferreira Marques, Osiris Natale Fedi Drimus.

Convidados presentes (5): Vereadora Cris Monteiro, Vereador Eliseu Gabriel, Julia Molina e Camila Camara (assessorias), Daison Ferreira (Subprefeitura Vila Mariana) .

Pauta:

1. Aprovação da ata da 113ª RO;
2. Possibilidade de uso dos carros de fiscalização da zona azul para zeladoria (convidada: vereadora Cris Monteiro);
3. GT Pop Rua: atualização e informes; solicitação do agendamento da reunião com as secretarias relacionadas;
4. O asfalto na cidade e as providências para deixar decente;
5. O perigo de novas obras licenciadas onde há cursos de rio e várzea e a poucos metros de um ponto de alagamento: R. Dr. Amâncio de Carvalho;
6. Revisão do PDE: atualização e informes;
7. Informes gerais dos conselheiros;
8. Informes e demandas dos munícipes presentes.

Pauta detalhada:

A Reunião Ordinária (RO) teve início às 18h40 com a presença física ou por videoconferência da maioria dos conselheiros titulares.

1- Aprovação da Ata.

Com a anuência dos conselheiros presentes, a aprovação da Ata da 113ª R.O. foi adiada para a próxima reunião.

2. Possibilidade de uso dos carros de fiscalização da zona azul para zeladoria (convidada: vereadora Cris Monteiro);

Fernanda explicou que esta ideia foi discutida na 112ª reunião do Conselho e sugerida pela Denise. A ideia seria usar os carros da Zona Azul, que já estão rodando os bairros,

para que tivessem também um uso voltado para a zeladoria. Denise complementou que deve existir uma tecnologia que possa oferecer esse serviço agregado. A Fernanda disse que os conselheiros tiveram a ideia, mas precisam saber como viabilizar, bem como os custos e se é possível executar e viabilizar via gabinete, por isso o convite aos vereadores presentes. Marcelo disse que levou a ideia do Conselho por WhatsApp ao secretário municipal das Subprefeituras Alexandre Modonezi, que ficou de estudar a proposta. Disse que também falou com Johann Dantas, presidente da Prodam, que também se entusiasmou e ficou de estudar a possibilidade com seu assessor. A Denise lembrou que o Conselho fez um ofício sobre este assunto, colocando-o à disposição dos vereadores presentes. Daniela perguntou se há necessidade de um parecer da procuradoria do município sobre a contratação dos serviços adicionais sugeridos. A vereadora Cris Monteiro falou que os carros fazem apenas a verificação da Zona Azul e que solicitou ao gabinete dela levar a questão para a secretaria das subprefeituras. Complementou que o contrato não prevê o serviço extra, mas vai solicitar a verificação se é possível um aditivo ao contrato com a Estapar, responsável pelo serviço. Eliseu comentou que a proposta é interessante mas que acha pouco provável, porque envolve licitação e alteração de contrato. O vereador acredita que o problema é que a prefeitura centralizou o Tapa Buraco, ao invés de deixar a responsabilidade para cada subprefeitura, que estão mais próximas aos conselhos participativos e os moradores. Essa centralização é um equívoco muito grande, acrescentou. Durval perguntou se a ideia é tecnicamente viável com o equipamento atual. A vereadora Cris disse que soube de uma tecnologia de detecção de carros, após conversa há alguns meses com o secretário Modonezi. Comentou ainda que algumas cidades têm parceria com a frota de Uber que fazem esse serviço.

Eliseu disse que não sabe se uma coisa tão eletrônica conseguirá resolver algo tão analógico. Victor complementou que há um problema também na qualidade do serviço de Tapa Buracos, com buracos mal reparados, que se abrem novamente em pouco tempo. Durval sugeriu que a Vereadora Cris e o Vereador Eliseu retornassem numa próxima reunião, para dar prosseguimento ao debate sobre os assuntos relacionados ao serviço de Tapa Buraco. O vereador sugeriu oficializar a solicitação via CPM-VM.

3. GT Pop Rua: atualização e informes; solicitação do agendamento da reunião com as secretarias relacionadas;

Edna relatou que o Grupo de Trabalho que trata da população de rua no CPM-VM fez uma reunião com o subprefeito Luis Felipe para discutir a falta de articulação entre órgãos municipais envolvidos na questão: Secretaria de Assistência Social (SMADS): Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS) e Centro Temporário de Acolhimento (CTA); Secretaria Municipal de Saúde (SMS): Consultório na Rua (CnR); Secretaria Municipal de Direitos Humanos (SMDHC): Conselho Tutelar; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho: Programa Operação Trabalho (POT); Guarda Civil Metropolitana (GCM), além da Subprefeitura, responsável pelos serviços de zeladoria. A intenção é chamar a todos focando na atuação de todo o território da Vila Mariana, fazendo um esforço para que esta articulação aconteça. Conforme explicou, os conselheiros não querem mais explicações, querem um diagnóstico e propostas com soluções definitivas. Silvana informou que cobrou o subprefeito para articulação, e ele pediu o prazo após o carnaval para agilizar. A conselheira perguntou se os vereadores presentes conseguem ajudar a ter informações sobre hotéis e abrigos públicos, pois ela

já tentou inúmeras vezes e nunca conseguiu. Silvana disse que quer conhecer para avaliar melhor, mas sabe que existem abrigos ociosos, com contrato de R\$2 milhões por mês e mesmo assim os moradores continuam morando nas ruas. Victor informou que foram dois anos solicitando informações, planos, programas e resultados pelo Conselho Participativo e os únicos retornos que tivemos foram de ações que impactaram poucas pessoas, em torno de 50. São mais de 45 mil moradores em situação de rua. A vereadora Cris informou que a questão dos moradores de rua está entre os 3 primeiros itens da lista do prefeito Ricardo Nunes e que pessoalmente visitou alguns dos hotéis; os que viu estavam dignos, mas sabe o que já foi reportado, como lugares abarrotados, piolhos, carrapatos etc. Cris citou uma iniciativa em Toronto chamada Housing First, que atendeu 1500 famílias, concluindo que a solução é emprego e renda para pessoas em situação de vulnerabilidade. Eliseu disse que em 23 anos como vereador, o problema não se resolve. Lembrou que Haddad criou o programa Braços Abertos, Doria também criou outros programas. Disse que existem os moradores circunstanciais e os moradores que querem estar ali, frisando que o importante é saber o que eles realmente precisam: muitas vezes recebem mais comida do que dão conta mas não recebem outras coisas necessárias. Ressaltou a importância do Conselho para propor soluções diferentes, como por exemplo a ideia de unidades menores de moradia. Marcela relatou que trabalha com pessoas em situação de rua desde 2017 e o que precisam de fato é cuidar da saúde mental, precisam do CAPS e de centros focados na saúde mental. Silvana acrescentou que, além das drogas, há problemas de saúde, as pessoas comem lixo nas ruas, muitas foram largadas depois do fechamento dos manicômios e a lei não permite que sejam internados. Por fim, a conselheira indagou: se o modelo não funciona, então por que continua? Durval comentou que o problema é extremamente complexo, todos concordam que a solução está em geração de emprego e renda, mas a população precisa de uma solução emergencial e o importante agora é saber o que pode ser feito esse ano durante o mandato dos conselheiros, quais os programas podem ser realizados e que devemos discutir com cautela. Relembrou que o custo de cada casa do projeto Vila Reencontro, programa de casas modulares destinadas à moradia temporária para população de rua, é de 75 mil reais, o dobro do custo de uma construção convencional, e questionou como os conselheiros deverão encaminhar o assunto dentro das possibilidades do Conselho e com o auxílio dos vereadores presentes. Victor complementou que o problema passa por saúde, mas também por trabalho e educação. Edna sugeriu trazer para as reuniões, com interlocução do Adilson, as secretarias e pessoas responsáveis, pois cada um tem a sua estratégia e são diferentes. Adilson comentou que o GT é muito importante e anotou as secretarias que deverão ser convidadas.

4. O asfalto na cidade e as providências para deixar decente;

Denise explicou que licenciar as obras em bairros por onde passam rios é um equívoco, pois são locais onde claramente não deveria haver prédios. A qualidade do asfalto é precária, bem como o serviço Tapa Buraco sendo prestado. Suzana relatou sua recente experiência com a plataforma SP156. A conselheira protocolou uma dezena de buracos em uma quadra da rua em Moema e eles não atenderam a todos. A vereadora Cris Monteiro fará um ofício para a Subprefeitura solicitando providências. Tatiana relatou que existe um problema sério na rua Mauro com relação a um buraco imenso e asfalto rachando com a chuva, que foi protocolado, a responsabilidade foi atribuída à

Sabesp mas ninguém solucionou; os moradores estão tentando dar um jeito tapando o buraco com sobra de material. Denise complementou que a própria subprefeitura tem dificuldade para resolver buracos de responsabilidade da Sabesp. Adilson concordou que quando envolve a Sabesp, tem mais dificuldade mesmo. Daniela ressaltou que o problema é na cidade inteira. Durval comentou que não é só questão de prazo de atendimento, mas de qualidade, pois parece evidente que o serviço tem sido de baixa qualidade, fazendo com que os mesmos buracos retornem em pouco tempo.. Victor afirmou que antigamente o serviço era melhor, mais rápido e que, atualmente, eles dão baixa na solicitação informando que é problema de outro órgão, e quando fazem, fica mal feito. Osiris lembrou que as estradas utilizam asfalto maleável com borracha mais resistente e que São Paulo é uma só, que a Prefeitura é responsável e deve cobrar todas as concessionárias. Cauê pontuou que os conselheiros não podem se esquecer dos paralelepípedos, que permitem o escoamento da água e induzem a diminuição de velocidade dos carros.

5. O perigo de novas obras licenciadas onde há cursos de rio e várzea e a poucos metros de um ponto de alagamento: R. Dr. Amâncio de Carvalho;

Denise relatou que estão demolindo as casas que ficam atrás da rua Pelotas e a última chuva mostrou os impactos. Segundo a conselheira, as construtoras pedem autorização de construção em uma rua paralela e assim driblam as limitações de construção junto ao córrego; essa rua hoje alaga muito mais. Denise perguntou o que pode ser feito, pois isso acontece em diversos bairros, não só na Vila Mariana, como também em Moema, em Pinheiros e no Bexiga. Adilson informou que mandou ontem mensagem para a coordenadora responsável pelos licenciamentos. Marcelo complementou que a vereadora precisa ajudar e intervir, já que o conselho e associações não conseguem resolver sozinhos. Daniela perguntou como conseguem licenciar esses prédios. Denise respondeu que acham brecha na lei, que massificou a cidade, sem levar em conta os impactos ambientais e sem considerar que embaixo do asfalto há vida, na Vila Mariana a microbacia do sapateiro alimenta a região.

6. Revisão do PDE: atualização e informes;

Durval explicou que a Revisão do PDE está em fase final, com prazo até 17/02 e relatou que houve problemas no processo participativo e que o sentimento predominante é de frustração, já que o ato de ouvir a população não funcionou. Foi desafiador explicar o conceito de outorga onerosa e outros assuntos mais complexos para a população. Com um mês de atraso, apresentaram uma minuta pronta, sem relação com as solicitações propostas pela população. Denise pontuou a importância da discussão, questionou qual o papel do eleitor e comentou que a prefeitura não leva em consideração as contribuições dos conselhos municipais, a minuta está pronta e mais uma vez os conselheiros não foram ouvidos. Por fim, a conselheira perguntou do que serviram os planos regionais se não foram levados em conta. Marcelo complementou que não só os conselheiros se sentem impotentes como também as associações de bairro, das quais ele e outros fazem parte.

7. Informes gerais dos conselheiros;

Suzana solicitou ajustes e atualizações na página do CPM-VM no site da Subprefeitura. Adilson informou sobre os eventos de carnaval no Parque do Ibirapuera, relatando a

presença de equipe da Subprefeitura e informando que o evento transcorreu sem ocorrências. Adilson falou sobre a demanda da Silvana sobre o fechamento e fiscalização da R. Hermano Ribeiro da Silva no período do carnaval, que foi encaminhada e estão atentos.

8. Informes e demandas dos munícipes presentes.

Consultados, os munícipes presentes não quiseram se manifestar.

Encerrada a pauta, e não havendo pedidos de palavra, a reunião foi finalizada pelo Coordenador às 20h51.